



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Reitoria
Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

ETP 4/2020 - COINFRA/DDI/RET/IFSULDEMINAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 de Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

A. Dados para Contratação:

Órgão Contratação:	Responsável pela	IFSULDEMINAS	
Unidade requisitante:	CAMPUS POUSO ALEGRE	UASG:	154811
Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução de serviços de engenharia com fornecimento de mão de obra e materiais para construção de ambiente e infraestrutura básica internos de amplo salão administrativo no 1º pavimento do edifício das 05 Salas de Aulas (térreo) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) - Campus Pouso Alegre, constando de aquisição de equipamentos, materiais e execução de serviços, conforme indicado no Projeto Básico, Planilhas de Custos, demais anexos do edital e que serão prestados nas condições estabelecidas nesses documentos. Área interna a ser construída de 340,58 m².			

B. Histórico de revisões:

Data	Versão	Descrição	Autor
28/07/2020	01	Versão original	Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, CREA MG 29.949/D - SIAPE 2056557

C. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 40/2020 do ME	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei 12.546-14DEZ2011	Institui a desoneração fiscal na folha de pagamento.
Lei 13.161-31AGO2015	Altera a Lei 12.546, tornando o regime opcional e institui a CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.
Lei 13.670-30MAI2018	Continua a alteração da Lei 12.546, entretanto, reduziu a lista de segmentos que podem continuar recolhendo as contribuições previdenciárias com base na CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, valendo até Dezembro de 2020.
	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma

Decreto nº 10.024/2019	eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Decreto 7.983-08ABR2013	Estabelece regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.
Acórdão 1977-31JUL2013/TCU-Plenário	Faz a distinção e diferenciação entre EPG – Empreitada Preço Global e EPU – Empreitada Preço Unitário.
Acórdão 2.622-25SET2013/TCU-Plenário	Estabelece parâmetros para o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas para os diversos tipos de obras.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Lei nº 12.462/2011.	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.
Decreto nº 7.581/2011	Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

1. Necessidade da Contratação (*Preenchimento Obrigatório):

A construção deste salão administrativo sobre as 05 Salas de Aulas trata-se da primeira fase de construção de salas individuais para docentes do Campus Pouso Alegre. Como a questão orçamentária está bastante comprometida no momento, faremos a construção pensada em dois momentos. Nesta primeira etapa da construção faremos a parte básica desta implantação já que temos toda a parte externa e as janelas e peitoris prontos. Faremos a intervenção por ora no espaço que agora dispomos pretendendo construir amplo salão que abrigará inúmeras atividades práticas didático-pedagógicas, na busca do envolvimento de diferentes atividades de ensino que acarretem inovações didáticas docentes e discentes. Para tanto construiremos toda a área interna do grande salão sobre as 05 salas de aulas, obra recentemente construída no piso térreo e espaço já reservado para tal finalidade. Aachamos fundamental aproveitarmos este espaço para realizarmos ações interdisciplinares planejadas em disciplinas curriculares, contribuindo para a integração entre as diversas áreas do Campus, auxiliando no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e dinâmicas a partir da aproximação entre o corpo docente e

discente, contribuindo para o desenvolvimento profissional, aprimoramento no uso de ferramentas tecnológicas e troca de informações, almejando para o futuro maior preparo de nossos alunos em sua integração em empresas e na comunidade.

2. Escolha da Solução, com previsão de critérios e práticas de sustentabilidade:

Os serviços que ora serão contratados são soluções comuns da engenharia construtiva e que já estão implantados, onde não cabe a troca por nenhuma outra tecnologia em sua aplicação. São serviços complementares ao que já está estabelecido. O que estamos trabalhando e aperfeiçoando são os critérios de sustentabilidade e de acessibilidade geral que podemos citar:

- Emprego de tintas à base d'água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- Andaimos metálicos que permitam reutilização;
- Revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza, que atendam ao conforto térmico e acústico das edificações;
- Adequação de comandos de iluminação e sempre que possível o aproveitamento da luz e ventilação naturais;
- Uso de lâmpadas LED de alta eficiência energética com qualidade, durabilidade e eficiência;
- Uso de cabos de alta eficiência elétrica;
- A área interna que será construída está em um edifício construído ao lado de outra edificação onde estão instalados os cursos de técnico em edificações e o curso de engenharia civil do Campus Pouso Alegre. Esta edificação já conta com total acessibilidade através de rampas de acesso e possui conjunto de sanitários totalmente preparados para pessoas com necessidades especiais, atendendo integralmente a NBR 9050;
- A edificação na sua parte interna que é objeto desta contratação já conta com preparo para reaproveitamento de águas de chuva, através da construção anterior de sistema de captação, reserva e reutilização de águas pluviais.

3. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

Para a escolha da solução a contratar foram consideradas contratações similares já realizadas em nossas unidades tal como o RDC 02/2017, processo 23343.002250/2017-55, contrato 22/2017 do Campus Poços de Caldas/IFSULDEMINAS, construção esta de salas de professores no 1º pavimento do bloco administrativo daquele Campus e outras obras já realizadas em nosso Instituto, semelhantes ao objeto atual e que pela simplicidade é o que melhor atende nossas necessidades no presente momento.

Este objeto de contratação tem os mesmos parâmetros técnicos da construção em que se insere, ou seja, é a continuidade da solução escolhida anteriormente e que atendeu ao piso térreo da mesma edificação.

4. Escolha do tipo de Solução (*Preenchimento Obrigatório):

Como já relatamos este espaço objeto desta contratação será realizado em duas etapas, uma primeira em que será construído amplo salão que abrigará inúmeras atividades práticas didático-pedagógicas na busca do envolvimento de diferentes atividades de ensino que acarretem inovações didáticas docentes e discentes.

Em outra contratação, futura, com a continuação da construção e divisão do espaço em diversas salas para docentes, pretende-se criar espaços individualizados que tenham impacto direto na produtividade e na motivação destes professores, além de criar ambiente

propício para atendimento individualizado e personalizado aos discentes.

Tanto nesta etapa inicial como na construção futura sempre se objetivará com esta solução, espaço adequado para o incremento do relacionamento professor/aluno, no intercâmbio e fluxo de ideias e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços e na aprendizagem escolar.

A referida instalação de infraestrutura objeto deste estudo se encontra localizada no endereço atual, Avenida Maria da Conceição Santos, nº 900 - Bairro Parque Real, Pouso Alegre /MG / CEP: 37.560-260 e também faz saber:

- Registro de Imóveis, Comarca de Pouso Alegre/MG sob a Matrícula nº 42.174, Livro nº 314 E, Folha nº 141, de 01 de Julho de 2010;
- Gleba de terras em pastagens, sem benfeitorias, com área de 49,25 hectares (fração ideal correspondente à 3,0456853%), situado no lugar denominado bairro Aeroporto, município de Pouso Alegre, a qual está compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações:
 - Começa no marco nº 01, cravado na beira da estrada pública municipal, em divisas com Geraldo Pereira de Alvarenga. Daí segue margeando a estrada pública numa extensão de 575,00 m, vai até o marco nº 902, em divisas com Expedito José Pereira, deflete a direita, desce por cerca de arame em linha reta em divisas com Expedito José Pereira, com 334,00 m, vai até o marco nº 03, cravado no barranco do córrego, vira a direita, desce pelo dito córrego numa extensão de 215,00 m, em divisas com Alvarina Pereira e Outro, vai até o marco nº 04, vira a esquerda, atravessa o córrego, segue por cerca de arame numa extensão de 405,00 m em divisas com Alvarina Pereira e Outros, vai até o marco nº 05, vira a direita, segue por cerca de arame numa extensão de 239,00 m, em divisa ainda com Alvarina Pereira e Outros e Antônio Rodrigues, vai até o marco nº 06, cravado na beira da estrada pública, vira a direita segue pela estrada numa extensão de 327,00 m até o marco nº 07, vira a direita, segue por cerca de arame em linha reta, atravessa o córrego em divisas com o transmitente Pedro José Ferreira (Geraldo Pereira de Alvarenga), numa extensão de 905,00 m, vai até o marco nº 01, onde teve início este círculo divisório;
- Levantamento Topográfico Planimétrico Perimétrico = 35.000,00 m²:
 - Inicia-se a descrição deste perímetro no marco M01, de coordenadas N 7534597.708 m e E 405223.829 m; situado na divisa com Geraldo Pereira de Alvarenga, segue por divisa demarcada confrontando com Geraldo Pereira de Alvarenga com os seguintes azimutes e distâncias: 173°26'51" e 176,99 m até o ponto 01 de coordenadas N 7534421.875 m e E 405244.026 m; 263°26'08" e 93,74 m até o marco M02 de coordenadas N 7534411.159 m e E 405150.902 m; segue por divisa demarcada confrontando com Geraldo Pereira de Alvarenga com os seguintes azimutes e distâncias: 263°26'08" e 84,73 m até o ponto 03 de coordenadas N 7534401.470 m e E 405066.707 m; 263°20'34" e 17,19 m até o marco M03 de coordenadas N 7534399.477 e E 405049.633 m; segue por divisa demarcada confrontando com Geraldo Pereira de Alvarenga com os seguintes azimutes e distâncias: 353°20'34" e 163,23 m até o ponto 05 de coordenadas N 7534561.608 m e E 405030.710 m; 93°42'16" e 17,47 m até o ponto 06 de coordenadas N 7534560.479 m e E 405048.149 m; 2°57'37" e 32,53 m até o marco M04 de coordenadas N 7534592.961 m e E 405049.828 m; segue por divisa demarcada confrontando com Geraldo Pereira de Alvarenga com os seguintes azimutes e distâncias: 93°46'44" e 80,94 m até o ponto 08 de coordenadas N 7534587.627 m e E 405130.595 m; 173°26'08" e 0,64 m até o ponto 09 de coordenadas N 7534586.992 m e E 405130.668 m; 83°26'18" e 93,78 m até o marco M01 de coordenadas N 7534597.708 m e E 405223.829 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir GPS Navegação modelo Etrex marca Garmin referenciadas ao Meridiano Central nº 45 WGr, tendo como datum o ELIPSÓIDE WGS 1984 (SIRGAS 2000).;
 - Áreas terreno: 15.622,58 + 15.000,00 + 2.783,67+ 1.593,75 = 35.000,00 m² (trinta e cinco mil metros quadrados);

Área total do terreno de 35.000,00 m² (trinta e cinco mil metros quadrados);

5. Estimativas das quantidades a serem contratadas (*Preenchimento Obrigatório):

Esta construção se refere a edifício de dois pavimentos, obra recentemente finalizada, Contrato nº 02/2019, RDC nº 05/2018, Processo nº 23343.002459/2018-08, onde se construiu no piso térreo, completo, 05 salas de aulas e no primeiro pavimento, exatamente sobre estas salas, toda a área externa mais a cobertura em telhado em madeira e telhas cerâmicas mais sistema de coleta e reaproveitamento de águas de chuva para reuso. Toda a construção em alvenaria de tijolos cerâmicos com estrutura de concreto armado, pisos cerâmicos e paredes rebocadas e pintadas. Na alvenaria do 1º pavimento foram instaladas todas as janelas em alumínio, vidros e peitoris em granito. Foram também executadas as instalações elétricas e de lógica necessária, mas apenas para o piso térreo.

Para o objeto desta solicitação, estamos contratando os serviços que possibilitarão a utilização do espaço “interno” do 1º pavimento, até ser possível obter outros recursos orçamentários para a conclusão da obra em sua destinação final como salas individuais de docentes. Estes serviços por ora contratados e suas quantidades estão anotadas na planilha geral de referência e devem atender as necessidades já citadas ao longo da vigência do contrato/prazo para execução da obra. Foram incluídos nos orçamentos todos os elementos necessários tais como: quantidades, preços unitários de referência, BDI referenciado e total geral de referência para os serviços que se apresentam abaixo, quais sejam:

- Chapisco e reboco de toda a alvenaria interna;
- Regularização do piso;
- Instalação de piso cerâmico e seu rejuntamento;
- Instalação de isolamento térmico com manta de lã de vidro ensacada em embalagem plástica autoextinguível sobre o forro;
- Instalação de forro drywall;
- Pintura acrílica com emassamento de paredes e tetos;
- Instalações elétricas para tomadas e iluminação em perfis de aço galvanizado;
- Instalações de lógica para sistema wifi;
- Toda a obra será limpa ao final.

6. Estimativas Do Valor da Contratação (*Preenchimento Obrigatório):

Para critério de cálculo do custo estimado para esta obra e em obediência ao decreto 7.983, de 08ABR2013, utilizou-se referências em publicações especializadas com preços de serviços e insumos constantes das tabelas SINAPI da Caixa Econômica Federal de junho de 2020 (planilha analítica, sintética e de insumos) e SETOP de janeiro 2020 (planilha analítica e sintética). Ainda todas as planilhas de acordo com a desoneração fiscal e ainda algumas composições deste Instituto com preços de mercado que acompanham o referido processo. Este valor máximo de referência para esta obra é de **R\$ 203.233,92** (Duzentos e Três Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais e Noventa e Dois Centavos).

7. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução (*Preenchimento Obrigatório):

Não se aplica o parcelamento para esta obra, face a particularidade da diversidade de itens e serviços de engenharia objeto deste estudo.

Por tratar-se de execução de obra, não é recomendável o parcelamento da solução além do requerido pela pertinência dos serviços, evitando assim que possíveis futuras responsabilizações não tenham mais de um destinatário, o que, além da polêmica entre as contratadas, ocasionaria evidentes prejuízos à nossa Instituição e ao erário público.

A obra em referência não pode ser tratada como objeto passível de parcelamento, haja vista que cada uma de suas etapas e serviços se inter-relacionam de maneira dependente uns dos outros. Ainda, o parcelamento é economicamente inviável pois poderia acarretar em perda de economia de escala.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não verifica-se contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda. Não haverá contratação nem ao menos de serviços técnicos profissionais especializados de arquitetura e engenharia consultivas, na elaboração de estudos, projetos, orçamentos, cronogramas de obras, memoriais descritivos, já que estes serão realizados pela equipe técnica da Coordenadoria Geral de Obras e Infraestrutura do IFSULDEMINAS e que também fará a fiscalização, acompanhamento e implementação da obra pelo seu corpo técnico.

9. Alinhamento (*Preenchimento Obrigatório):

Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações Públicas do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PAC / PGC) do campus Pouso Alegre/IFSULDEMINAS, ano 2020 no item 724.

10. Resultados Pretendidos (Efetividade e desenvolvimento nacional sustentável):

Esperamos com esta contratação concluir mais uma etapa para a implantação deste edifício que abrigará, além das 05 salas de aulas do piso térreo, neste momento salão administrativo para trabalhos de docentes e discentes e, em futuro próximo, a realização da instalação de 21 salas de docentes auxiliando ainda mais no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e dinâmicas a partir da aproximação entre o corpo docente e discente.

11. Providências anteriores à Contratação:

Na prática não haverá a necessidade de adequação do ambiente, pois trata-se de contratação de serviço comum de engenharia e que já foi prestado em outras ocasiões. Os servidores e alunos já possuem conhecimento na rotina diária a ser estabelecida com as obras em andamento e dos respectivos serviços. Note-se que ao lado desta edificação encontra-se outro edifício que abriga os cursos de técnico em edificações e o curso de engenharia civil do Campus Pouso Alegre, cursos correlatos e da rotina destes alunos. Por se tratar de construção nova e apenas em ambiente interno, o espaço estará disponível para a execução da obra e não causará transtorno substancial aos edifícios vizinhos em suas rotinas de aulas e demais atividades do Campus.

12. Impactos Ambientais:

A construção existente e que sofrerá intervenção na sua área interna, no local já estabelecido e definido, não é passível de licenciamento ambiental, uma vez que se trata de área de uso consolidado e suas atividades não estão previstas no Anexo único da Deliberação Normativa nº 74, de 09 de setembro de 2004 do COPAM que: "Estabelece critérios para classificação segundo o porte e potencial poluidor de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual. Determina também normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental e dá outras providências".

O local onde haverá intervenção não se encontra dentro de limites de APP (Área de Preservação Permanente).

O serviço de fornecimento de água ficará a cargo da concessionária estadual (COPASA) não sendo necessário outorga para direito de uso de recurso hídrico.

Positivamente podemos observar que temos já instalado nesta edificação sistema de captação, armazenamento e reuso de águas de chuva.

13. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação (*Preenchimento Obrigatório):

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Técnicos Preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

() Não é viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

14. Análise de Riscos:

RISCO 14.1: Licitação fracassar

Probabilidade:

(X) Baixa () Média () Alta

Impacto:

(X) Baixo () Médio () Alto

Dano: Se a licitação não acontecer não teremos a oportunidade de, neste momento, concluirmos mais uma etapa de espaço especial para trabalhos de interação professor/aluno.

Ação preventiva: Celeridade na análise e resposta aos pedidos de análise do edital, esclarecimentos, impugnações e apresentação de propostas.

Ação de Mitigação: Boa definição de exigências técnicas compatíveis com o objeto a ser licitado.

RISCO 14.2: Inexecução total ou parcial da obra.

Probabilidade:

(X) Baixa () Média () Alta

Impacto:

(X) Baixo () Médio () Alto

Dano: Dentro do cronograma de, em futuro próximo, haver recursos financeiros para conclusão da obra em sua plenitude, ou seja, a construção das 21 salas de docentes, teremos atraso no plano geral de trabalhos Institucional do Campus Pouso Alegre/IFSULDEMINAS.

Ação preventiva: Monitoramento e controle do cronograma físico-financeiro e fiscalização eficiente.

Ação de Mitigação: Projeto Básico e executivo consistentes e rapidez nas definições dos detalhes construtivos. Bom plano de trabalho para a execução das tarefas quando envolverem os diversos departamentos e outros servidores da reitoria.

15. Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO, nos termos do Art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

16. Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnicos Preliminares:

Pouso Alegre, MG, 28 de julho de 2020

Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira

Coordenador Geral de Obras e Infraestrutura

CREA MG 29.949/D - MAT. SIAPE 2056557

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Paulo Roberto de Oliveira, COORDENADOR GERAL - RET - COINFRA**, em 28/07/2020 18:23:33.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/07/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 77508

Código de Autenticação: ffb810ec5f



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais